



PREFEITURA DE  
**SÃO MIGUEL  
DOS CAMPOS**

# **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2020-SRP**

OBJETO:

**Registro de preços para contratação dos serviços de locação de veículos para o transporte escolar - GEITE**

SESSÃO PÚBLICA:

**02/03/2020  
09:30hs**



**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2020-SRP  
PROCESSO Nº 1105-044/2019**

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Fantasia: \_\_\_\_\_ CNPJ Nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Fone(s)/Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_ Celular(es) contato: \_\_\_\_\_

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**Obs: Preenchimento com "letra de forma"**

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. S<sup>a</sup> preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos, através do e-mail [licitacaomc@gmail.com](mailto:licitacaomc@gmail.com).

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Dillyane Suellen Souza Lins  
Pregoeira



**PROCESSO Nº 1105-044/2019**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL**, situado na **Av. Dep. Diney Torres, s/n, Bairro Geraldo Sampaio, CEP 57.240-000, São Miguel dos Campos/AL**, torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário indicados realizado em sessão pública, por meio da *internet*, através do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 2002, ao Decreto Municipal nº 14.466/2017, Decreto Municipal nº 14.584/2019, à Lei Complementar nº 123, de 2006, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: **02 de março de 2020.**

Horário da abertura das propostas: **09:00 (nove horas – horário de Brasília)**

Horário da disputa: **09:30 (nove horas e trinta minutos – horário de Brasília)**

Tempo da disputa: **Definido pelo Pregoeiro no ato do certame.**

Endereço eletrônico para formalização de consulta: [licitacaosmc@gmail.com](mailto:licitacaosmc@gmail.com).

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto desta licitação é o registro de preços para contratação dos serviços de **locação de veículos para o transporte escolar - GEITE**, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

**1.2.** A licitação será subdividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse; deverá, porém, oferecer proposta para todos os itens que compõem cada lote em que pretende competir.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço TOTAL por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.4.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



**1.4.1.** ANEXO I - Termo de Referência

**1.4.2.** ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços

**1.4.3.** ANEXO III - Minuta de Contrato

**1.4.4.** ANEXO IV - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

**1.4.5.** ANEXO V - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002)

**1.4.6.** ANEXO VI - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007

## **2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**2.1.** O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.

**2.2.** São participantes os seguintes órgãos:

**2.2.1. Secretaria Municipal de Educação;**

**2.3.** Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 14.466/2017, e na Lei nº 8.666, de 1993.

**2.3.1.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3.2.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**2.3.3.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.



**2.3.4.** Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** O processamento desta licitação será realizado sempre em SESSÃO PÚBLICA ONLINE via site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), sendo iniciado na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo, nos termos fixados neste Edital e seus anexos.

**3.2.** Poderão participar deste Pregão **os interessados** pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

**3.2.1.** Não poderão participar da presente licitação as microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

**3.3.** Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

**3.3.1.** Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

**3.3.2.** Em dissolução ou em liquidação;

**3.3.3.** Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

**3.3.4.** Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

**3.3.5.** Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

**3.3.6.** Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**3.3.7.** Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**3.3.8.** Estrangeiras que não funcionem no País;

**3.3.9.** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.



**3.4.** O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

**3.5.** Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá ser apresentada também a certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME ou EPP, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

#### **4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**4.2.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.3.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso

**4.4.** Qualquer declaração, informação ou documento falso anexado ao sistema sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de eventuais consequências de natureza civil e criminal.

#### **5. DO CADASTRO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**5.1.** A participação neste certame licitatório dar-se-á pela utilização da senha privativa de acesso ao sistema para cada licitante, mediante prévio cadastro da proposta comercial eletrônica.

**5.2.** O licitante deverá registrar/encaminhar a proposta até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do sistema eletrônico quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**5.3.** O licitante deverá consignar, na forma exigida pelo sistema eletrônico, as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência, a quantidade e os valores unitários e total do objeto proposto, já inclusas todas as despesas inerentes, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

**5.3.1.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



**5.3.2.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.3.3.** Até a abertura da sessão, o licitante poderá livremente retirar, alterar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada. Depois da data e horário de abertura da Sessão, não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.

**5.4.** Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa identificar o licitante, sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO** da proposta e aplicação de **SANÇÃO ADMINISTRATIVA** prevista neste edital.

**5.4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.4.1.1.** Valor global estimado do objeto;

**5.4.1.2.** Descrição do objeto, indicando, quando for o caso, o quantitativo e as especificações dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços.

**5.4.1.2.1.** **As características do objeto de forma clara e precisa, indicando MARCA, e, quando necessário, MODELO e FABRICANTE, bem como demais dados pertinentes, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.**

**5.4.1.2.2.** As indicações de marca, fabricante, modelo, tipo, ano de fabricação e demais dados pertinentes dos veículos disponíveis para locação, deverão constar na proposta de preços readequada, observadas as especificações constantes do Termo de Referência

**5.4.1.3.** Até o horário previsto para o encaminhamento da Proposta de Preços, deverá o licitante, sob pena de desclassificação da proposta, sem proceder qualquer tipo de identificação, enviar em anexo no sistema, sua proposta, com todas as especificações constantes no termo de referência, além de valores unitários e valores totais.

**5.5.** A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, deverá conter:

**5.5.1.** As características do objeto de forma clara e precisa, bem como demais dados pertinentes, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

**5.5.2.** Preços unitários e total do lote, bem como valor GLOBAL da proposta em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;



**5.5.2.1.** No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

**5.5.3.** Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

**5.5.4.** Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

**5.5.5.** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

**5.6.** A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## **6. DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA**

**6.1.** A Sessão Pública eletrônica deste Pregão será conduzida por Pregoeiro, designado pela autoridade competente, sendo a abertura prevista para a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

**6.2.** A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pelo Pregoeiro e constará da Ata da Sessão.

**6.3.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, registrar os lances, anexar os documentos e prestar as informações solicitadas, durante toda a licitação, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da preclusão de direitos ou da perda de negócios, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.4.** A não anexação ou envio de documentos exigidos no Edital e seus Anexos, bem como a não prestação de informações ou o não pronunciamento em relação a questão suscitada pelo Pregoeiro, além de poder acarretar a oportuna DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que seu ato acarretar, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

**6.5.** Toda a Sessão Pública será documentada automaticamente pelo sistema na respectiva Ata da Sessão, a qual será gerada e disponibilizada para consulta de todos os interessados por meio do Portal do BNC.

**6.6.** Cabe ao licitante acompanhar continuamente as informações e documentos divulgados ou disponibilizados por meio do sítio oficial da Instituição na Internet (<https://www.saomigueldoscamos.al.gov.br>).





## **7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 7.1.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 7.2.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5.** Será DESCLASSIFICADA a proposta comercial cadastrada no SISTEMA que não indicar a marca, modelo e/ou referência do produto cotado (se for o caso).
- 7.6.** Não serão aceitas propostas que indiquem quantidade inferior àquela indicada no Termo de Referência (ANEXO I).
- 7.7.** Qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa vir a identificar o licitante perante os demais concorrentes poderá importar na DESCLASSIFICAÇÃO da proposta.
- 7.8.** Somente os licitantes com propostas julgadas em conformidade com as exigências formais do Edital e seus anexos participarão da fase competitiva de lances.
- 7.9.** Caso não existam propostas eletrônicas cadastradas, o Pregoeiro declarará deserto o certame.
- 7.10.** Caso todas as propostas cadastradas forem DESCLASSIFICADAS, o Pregoeiro declarará frustrado o certame.

## **8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

- 8.1.** A etapa competitiva do certame dar-se-á com o anonimato dos participantes para fins de garantia da lisura do certame.
- 8.2.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.
- 8.3.** Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do



seu recebimento e do valor consignado no registro, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

**8.3.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** (km por rota) do lote.

**8.3.2.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.3.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar

**8.3.4.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.3.5.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.3.6.** Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

**8.3.7.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**8.3.8.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

**8.3.9.** Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**8.3.10.** O sistema identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

**8.3.11.** As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



**8.3.12.** Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

**8.3.13.** Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

**8.4.** Se os licitantes não apresentarem lances e isso resultar no empate de duas ou mais propostas, o desempate ocorrerá mediante aquele que primeiro registrou a proposta no sistema.

**8.5.** Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexequível, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance.

**8.6.** A duração da etapa competitiva será gerida pelo Pregoeiro, o qual indicará via sistema, **com antecedência de 1 A 30 MINUTOS**, o prazo para início do tempo de encerramento aleatório.

**8.7.** Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de 1 SEGUNDO A 30 MINUTOS, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

**8.8.** Serão as propostas ou lances finais classificados, automaticamente, em ordem crescente de valores, segundo o critério estabelecido em edital.

**8.9.** Ao final da fase de lances, e caso haja dois ou mais licitantes com lances de valores iguais, será automaticamente melhor classificado aquele que primeiro registrou o lance.

**8.10.** Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

**8.11.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**9.1.** O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.



**9.2.** O licitante deverá apresentar a planilha de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

**9.3.** Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

**9.3.1.** Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**9.4.** No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**9.5.** O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal deste Órgão ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas contratadas, para orientar sua decisão.

## **10. DA AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**10.1.** Encerrada a etapa de lances eletrônicos, e transcorrida a fase de chamamento para exercício do direito de preferência (se for o caso), o pregoeiro verificará o cumprimento das CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, realizando as seguintes consultas/diligências:

**10.1.1.** Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresa Punidas (CNEP), ambos da Controladoria Geral da União, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de improbidade Administrativa (CNCIA), do Conselho Nacional de Justiça e Consulta aos Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados do TCU;

**9.1.1.1.** As referidas consultas serão realizadas através de consulta consolidada de pessoa jurídica no sítio <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

**10.1.2.** Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mantido pela Receita Federal do Brasil, para fins de verificar se o licitante se enquadra como ME e EPP (se for o caso), no endereço [https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva\\_solicitacao2.asp](https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp).

**10.2.** Não cumpridas quaisquer das exigências de participação, o Pregoeiro DESCONSIDERARÁ A PROPOSTA DO PARTICULAR, sendo este impedido de prosseguir no certame, por decisão fundamentada, devidamente registrada no campo DESCLASSIFICAÇÃO.



## **11. DA ACEITABILIDADE DO PREÇO FINAL PROPOSTO**

**11.1.** O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

**11.2.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**11.3.** Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

**11.4.** O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal deste Órgão ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas contratadas, para orientar sua decisão.

## **12. DA NEGOCIAÇÃO**

**12.1.** Aceitada a proposta melhor classificada, o Pregoeiro procederá à negociação por meio do CHAT, sendo o licitante convocado para, no mesmo prazo fixado pelo Pregoeiro, pronunciar-se quanto à possibilidade ou não da redução dos preços, prorrogável a pedido do licitante e a critério do Pregoeiro.

**12.2.** Eventuais reduções de preços alcançadas na negociação serão registradas no sistema diretamente pelo representante da empresa, por ocasião da classificação das propostas.

**12.3.** Na ausência de manifestação do licitante quanto à convocação disposta no item 12.1 deste Edital, o Pregoeiro poderá dar seguimento ao certame, prevalecendo o valor do último lance ofertado, SALVO SE O PREÇO FINAL PROPOSTO FOR SUPERIOR AO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO (ATENÇÃO: Para o disposto no item 6.4 deste Edital).

**12.4.** Caso o preço final da proposta melhor classificada seja superior ao PREÇO ESTIMADO, e não havendo sucesso na negociação junto a tal licitante, será desclassificado e proceder-se-á a convocação do licitante remanescente e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **13. DA HABILITAÇÃO**

**13.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

**13.1.1.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



**13.2.** Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

**13.2.1.** Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio na própria sessão, conforme forem sendo abertos os envelopes de habilitação, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

**13.3.** Para a habilitação, o licitante deverá encaminhar ao endereço de e-mail **licitacaosmc@gmail.com**, no prazo máximo de **02 (duas) horas** a contar da solicitação do pregoeiro os documentos a seguir relacionados:

**13.3.1.** Relativos à Habilitação Jurídica:

**a.** No caso de **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) – CCMEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**a.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

**b. No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;

**b.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

**c. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

**c.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es);

**d. No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);

**e. No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;



**f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;

**10.3.1.1.** Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;

**13.3.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**a.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**b.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**c.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**d.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

**e.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

**f.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

**g.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

**13.3.2.1.** Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

**13.3.2.2.** Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.





**13.3.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**a.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

**b.** Comprovação de que possui capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total ofertado, através de certidão expedida pela Junta Comercial da respectiva sede.

**13.3.4. Relativos à Qualificação Técnica:**

**a.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**13.3.5. Documentos Complementares:**

**a.** Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital.

**13.4.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

**13.4.1.** No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**13.5.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**13.6.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**13.7.** No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.





**13.8.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**13.8.1.** Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**13.8.2.** A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

**13.8.3.** A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

**13.8.4.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**13.9.** Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

#### **14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**14.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor, **deverá ser encaminhada para o endereço de e-mail [licitacaosmc@gmail.com](mailto:licitacaosmc@gmail.com) no prazo de 02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro.

**14.1.1.** A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**14.1.2.** Não serão aceitos, quando da readequação dos preços, que estes se apresentem superiores àqueles inicialmente ofertados em sua proposta contada no registro do pregão.

**14.1.3.** A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



**14.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e no momento de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**14.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## **15. DO ENCAMINHAMENTO DOS ENVELOPES**

**15.1.** O encaminhamento dos envelopes deverá ser por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, endereçados a Sede da Comissão Permanente de Licitação localizada na **Av. Dep. Diney Torres, s/n, Bairro Geraldo Sampaio, CEP 57.240-000, São Miguel dos Campos/AL.**

**15.1.1.** O prazo para postar os envelopes é de até **03 (três) dias úteis** contados a partir da solicitação do Pregoeiro em sessão pública, onde neste período a licitante vencedora deverá encaminhar via e-mail (licitacaosmc@gmail.com) o comprovante de postagem dos envelopes.

**15.1.2.** Nos envelopes da proposta final de preços e da documentação de habilitação deverão estar separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, com os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2020-SRP  
**(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)**  
**CNPJ Nº XXXX**

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2020-SRP  
**(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)**  
**CNPJ Nº XXXX**

## **16. DOS RECURSOS**

**16.1.** Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, **no prazo de 10 (dez) minutos** de forma motivada, manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos,

**16.2.** Havendo quem se manifeste, será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da



recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**16.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**16.4.** Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

**16.4.1.** A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

**16.5.** O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.6.** Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

## **17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**17.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**17.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **18. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1.** Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

**18.1.1.** O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

**18.2.** No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata.

**18.3.** O órgão gerenciador encaminhará cópia da Ata aos órgãos participantes, se houver.



## **19. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**19.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

## **20. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO**

**20.1.** A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto Municipal nº 06/2017, conforme previsto na Minuta de Ata anexa ao Edital.

## **21. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

**21.1.** A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 06/2017.

**21.1.1.** As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

**21.2.** O órgão convocará a fornecedora com preço registrado no sistema para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**21.2.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**21.3.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**21.3.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**21.4.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**21.5.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



**21.6.** Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

## **22. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**22.1.** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

**22.1.1.** A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**22.2.** Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

**22.3.** O contrato não poderá ser prorrogado quando:

**22.3.1.** A Contratada esteja suspensa de licitar e impedida de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos;

**22.3.2.** A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**22.3.3.** A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação;

**22.3.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## **23. DO PREÇO**

**23.1.** Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

## **24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**24.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



## **25. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**25.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

## **26. DO PAGAMENTO**

**26.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

**26.2.** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

**26.2.1.** O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**26.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**26.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**26.5.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**26.5.1.** Caso a empresa não apresente conta bancária na mesma instituição financeira da Secretaria responsável pelo pagamento, a empresa arcará com as despesas referente a taxa de TED/DOC.

**26.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**26.7.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**26.8.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:



$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## **27. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**27.1.** Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

## **28. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**28.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

**28.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

**28.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**28.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**28.1.4.** Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

**28.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;

**28.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**28.1.7.** Fizer declaração falsa;

**28.1.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.

**28.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:





**a.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**b.** Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

**28.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**28.3.** As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

**28.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**28.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**28.6.** As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

**28.7.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**29.1.** Até três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos ou providências ao ato convocatório do pregão.

**29.2.** Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer licitante poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

**29.2.1.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

**29.3.** Serão admitidos recursos e impugnações enviados através de e-mail, devendo os mesmos serem apresentados por escrito, instruídos com os documentos necessários ao seu conhecimento devidamente anexados.

**29.4.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.





**29.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**29.6.** É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**29.7.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**29.8.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**29.8.1.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**29.9.** A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

**29.10.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**29.11.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**29.12.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**29.13.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**29.14.** Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo do Pregoeiro;



**29.15.** Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

**29.16.** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08** horas às **14** horas.

**29.16.1.** O Edital também poderá ser disponibilizado por meio eletrônico, através de solicitação enviada ao e-mail **licitacaosmc@gmail.com**, que será atendida em até 24 (vinte e quatro) horas, devendo a referida solicitação conter todos os dados necessários para identificação da licitante interessada.

**29.17.** Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08** horas às **14** horas.

**29.18.** Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.

**29.19.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 2006, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

**29.20.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de **São Miguel dos Campos**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

São Miguel dos Campos /AL, 12 de fevereiro de 2020.

Dillyane Suellen Souza Lins  
Pregoeira



**ANEXO I**

TERMO DE REFERÊNCIA

**1. OBJETO**

1.1. Registro de preços para serviços continuados de **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR**, com execução mediante o regime de empreitada por preço unitário, para atender às necessidades do (a) rede estadual de ensino, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO DETALHADA DO(S) SERVIÇO(S)	INTINERÁRIO IDA E VOLTA	UNIDADE DE ENSINO	KM IDA E VOLTA (POR TURNO)	KM TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	VALOR DIÁRIO	VALOR 250 DIAS
01	VEÍCULO TIPO VAN, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	<b>MANHÃ</b> <b>IDA:</b> GARAGEM – FAZ. GOES – FAZ. SANTA TEREZA – FAZ. MARIA DA PAZ – FAZ. FURADO – FAZ. TIBIRIÇÁ – FAZ. CACHUMBA – CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO – FAZ. CACHUMBA – FAZ. TIBIRIÇÁ – FAZ. FURADO – FAZ. MARIA DA PAZ – FAZ. SANTA TEREZA – FAZ. GOES – GARAGEM.	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	32	96			
		<b>TARDE</b> <b>IDA:</b> GARAGEM – FAZ. GOES – FAZ. SANTA TEREZA – FAZ. MARIA DA PAZ – FAZ. FURADO – FAZ. TIBIRIÇÁ – FAZ. CACHUMBA – CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO – FAZ. CACHUMBA – FAZ. TIBIRIÇÁ – FAZ. FURADO – FAZ.	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	32				



		MARIA DA PAZ - FAZ. SANTA TEREZA - FAZ. GOES - GARAGEM.						
		<b>NOITE</b> <b>IDA:</b> GARAGEM - FAZ. GOES - FAZ. SANTA TEREZA - FAZ. MARIA DA PAZ - FAZ. FURADO - FAZ. TIBIRIÇÁ - FAZ. CACHUMBA - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - FAZ. CACHUMBA - FAZ. TIBIRIÇÁ - FAZ. FURADO - FAZ. MARIA DA PAZ - FAZ. SANTA TEREZA - FAZ. GOES - GARAGEM.	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	32				
02	VEÍCULO TIPO VAN, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	<b>MANHÃ</b> <b>IDA:</b> GARAGEM - FAZENDA CONCEIÇÃO - FAZENDA CANA BRAVA - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - FAZENDA CANA BRAVA - FAZENDA CONCEIÇÃO - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	13,5	40,5			
		<b>TARDE</b> <b>IDA:</b> GARAGEM - FAZENDA CONCEIÇÃO - FAZENDA CANA BRAVA - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - FAZENDA CANA BRAVA - FAZENDA CONCEIÇÃO - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	13,5				
		<b>NOITE</b> <b>IDA:</b> GARAGEM - FAZENDA CONCEIÇÃO - FAZENDA CANA BRAVA - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - FAZENDA CANA	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	13,5				



		BRAVA - FAZENDA CONCEIÇÃO - GARAGEM						
03	VEÍCULO TIPO VAN, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	<b>MANHÃ</b> <b>IDA:</b> GARAGEM - FAZ. VARRELA - FAZ. SANTA ROSA - FAZ. RETIRO - FAZ. ROSÁRIO - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - FAZ. ROSÁRIO - FAZ. RETIRO - FAZ. SANTA ROSA - FAZ. VARRELA - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	52,3				
		<b>TARDE</b> <b>IDA:</b> GARAGEM - FAZ. VARRELA - FAZ. SANTA ROSA - FAZ. RETIRO - FAZ. ROSÁRIO - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - FAZ. ROSÁRIO - FAZ. RETIRO - FAZ. SANTA ROSA - FAZ. VARRELA - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	52,3	156,9			
		<b>NOITE</b> <b>IDA:</b> GARAGEM - FAZ. VARRELA - FAZ. SANTA ROSA - FAZ. RETIRO - FAZ. ROSÁRIO - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - FAZ. ROSÁRIO - FAZ. RETIRO - FAZ. SANTA ROSA - FAZ. VARRELA - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	52,3				
04	ÔNIBUS URBANO TIPO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO,	<b>MANHÃ</b> <b>IDA:</b> GARAGEM - USINA SINIMBU - FAZ. CACIMBÃO - FAZ. GRAVATÁ - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - FAZ. GRAVATÁ - FAZ. CACIMBÃO - USINA SINIMBU -	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	39	117			



	COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	GARAGEM						
		<b>TARDE</b> <b>IDA:</b> GARAGEM – USINA SINIMBU – FAZ. CACIMBÃO – FAZ. GRAVATÁ – CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - FAZ. GRAVATÁ - FAZ. CACIMBÃO - USINA SINIMBU - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	39				
		<b>NOITE</b> <b>IDA:</b> GARAGEM – USINA SINIMBU – FAZ. CACIMBÃO – FAZ. GRAVATÁ – CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - FAZ. GRAVATÁ - FAZ. CACIMBÃO - USINA SINIMBU - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	39				
05	ÔNIBUS URBANO TIPO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A	<b>MANHÃ:</b> <b>IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4				
		<b>TARDE:</b> <b>IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4	22,2			
		<b>NOITE:</b> <b>IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4				



	10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.							
06	ÔNIBUS URBANO TIPO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	<b>MANHÃ: IDA</b> GARAGEM – ESCOLA DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDO – HELIO I – HELIO II – CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO – ESCOLA DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDO - HELIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	6,5	19,5			
		<b>TARDE: IDA</b> GARAGEM – ESCOLA DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDO – HELIO I – HELIO II – CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO – ESCOLA DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDO - HELIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	6,5				
		<b>NOITE: IDA</b> GARAGEM – ESCOLA DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDO – HELIO I – HELIO II – CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO – ESCOLA DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDO - HELIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	6,5				



07	VEÍCULO TIPO VAN, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	<b>MANHÃ: IDA</b> GARAGEM – FAZ. TIBIRIÇÁ DE CIMA – FAZ. STO ANTÔNIO – FAZ. CHAPÉU DO SOL – FAZ. MARCAÇÃO - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - FAZ. MARCAÇÃO - FAZ. CHAPÉU DO SOL - FAZ. STO ANTÔNIO – FAZ. TIBIRIÇÁ DE CIMA - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	47,8	143,4			
		<b>TARDE: IDA</b> GARAGEM – FAZ. TIBIRIÇÁ DE CIMA – FAZ. STO ANTÔNIO – FAZ. CHAPÉU DO SOL – FAZ. MARCAÇÃO - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - FAZ. MARCAÇÃO - FAZ. CHAPÉU DO SOL - FAZ. STO ANTÔNIO – FAZ. TIBIRIÇÁ DE CIMA - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	47,8				
		<b>NOITE: IDA</b> GARAGEM – FAZ. TIBIRIÇÁ DE CIMA – FAZ. STO ANTÔNIO – FAZ. CHAPÉU DO SOL – FAZ. MARCAÇÃO - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - FAZ. MARCAÇÃO - FAZ. CHAPÉU DO SOL - FAZ. STO ANTÔNIO – FAZ. TIBIRIÇÁ DE CIMA - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	47,8				





08	ÔNIBUS URBANO TIPO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	<b>MANHÃ: IDA</b> GARAGEM – HÉLIO III – JACI CLEMENTE - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO – JACI CLEMENTE – HELIO III - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	9	27			
		<b>TARDE: IDA</b> GARAGEM – HÉLIO III – JACI CLEMENTE - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO – JACI CLEMENTE – HELIO III - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	9				
		<b>NOITE: IDA</b> GARAGEM – HÉLIO III – JACI CLEMENTE - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO – JACI CLEMENTE – HELIO III - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	9				
09	ÔNIBUS URBANO TIPO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO	<b>MANHÃ: IDA</b> GARAGEM – NOVO SÃO MIGUEL - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I – NOVO SÃO MIGUEL - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	8,5	25,5			
		<b>TARDE: IDA</b> GARAGEM – NOVO SÃO MIGUEL - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I – NOVO SÃO MIGUEL - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	8,5				



	DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	<b>NOITE: IDA</b> GARAGEM – NOVO SÃO MIGUEL - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I – NOVO SÃO MIGUEL - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	8,5				
10	ÔNIBUS URBANO TIPO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	<b>MANHÃ: IDA</b> GARAGEM – FAZ SINIMBU – COITÉ DE BAIXO - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - COITÉ DE BAIXO - FAZ SINIMBU – GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	13,4	40,2			
		<b>TARDE: IDA</b> GARAGEM – FAZ SINIMBU – COITÉ DE BAIXO - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - COITÉ DE BAIXO - FAZ SINIMBU – GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	13,4				
		<b>NOITE: IDA</b> GARAGEM – FAZ SINIMBU – COITÉ DE BAIXO - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - COITÉ DE BAIXO - FAZ SINIMBU – GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	13,4				
11	ÔNIBUS URBANO TIPO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45	<b>MANHÃ: IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4	22,2			



	LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	<b>TARDE:</b> <b>IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4				
		<b>NOITE:</b> <b>IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4				
12	ÔNIBUS URBANO TIPO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE	<b>MANHÃ:</b> <b>IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4	22,2			
		<b>TARDE:</b> <b>IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4				
		<b>NOITE:</b> <b>IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4				



	TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.							
13	ÔNIBUS URBANO TIPO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	<b>MANHÃ: IDA</b> GARAGEM – BAIRRO DE FÁTIMA – PÇ DA BIBLIA - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO – PÇ DA BIBLIA – BAIRRO DE FÁTIMA - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	8	24			
		<b>TARDE: IDA</b> GARAGEM – BAIRRO DE FÁTIMA – PÇ DA BIBLIA - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO – PÇ DA BIBLIA – BAIRRO DE FÁTIMA - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	8				
		<b>NOITE: IDA</b> GARAGEM – BAIRRO DE FÁTIMA – PÇ DA BIBLIA - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO – PÇ DA BIBLIA – BAIRRO DE FÁTIMA - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	8				
14	ÔNIBUS URBANO TIPO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO,	<b>MANHÃ: IDA</b> GARAGEM – COITÉ DE CIMA - HELIO – MATADOURO - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO – MATADOURO - HELIO – COITE DE CIMA - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	18,4	55,2			



	COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	<p><b>TARDE: IDA</b>          GARAGEM – COITÉ DE CIMA - HELIO – MATADOURO - CENTRO  <b>VOLTA:</b> CENTRO – MATADOURO - HELIO – COITE DE CIMA - GARAGEM</p>	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	18,4				
		<p><b>NOITE: IDA</b>          GARAGEM – COITÉ DE CIMA - HELIO – MATADOURO - CENTRO  <b>VOLTA:</b> CENTRO – MATADOURO - HELIO – COITE DE CIMA - GARAGEM</p>	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	18,4				
15	ÔNIBUS URBANO TIPO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM	<p><b>MANHÃ:</b>  <b>IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO  <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM</p>	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4	22,2			
		<p><b>TARDE:</b>  <b>IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO  <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM</p>	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4				
		<p><b>NOITE:</b>  <b>IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO  <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM</p>	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4				



	COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.							
16	ÔNIBUS URBANO TIPO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	<b>MANHÃ:</b> <b>IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4	22,2			
		<b>TARDE:</b> <b>IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4				
		<b>NOITE:</b> <b>IDA</b> GARAGEM - HÉLIO I - HÉLIO II - CENTRO <b>VOLTA:</b> CENTRO - HÉLIO II - HÉLIO I - GARAGEM	ANA LINS / TARCISIO SOARES PALMEIRA	7,4				
17	ÔNIBUS URBANO TIPO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, EQUIPADO COM	<b>MANHÃ: IDA</b> GARAGEM – COITÉ - ESCOLA SESI – UNICOMPRA CENTRO – POSTO CINEMA – RUA DO CEMITÉRIO – SOL NASCENTE – HÉLIO III - GARAGEM	PROFª EDLEUZA OLIVEIRA DA SILVA	11,3	33,9			



	TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	<b>TARDE: VOLTA</b> GARAGEM – COITÉ - ESCOLA SESI – UNICOMPRA CENTRO – POSTO CINEMA – RUA DO CEMITÉRIO – SOL NASCENTE – HÉLIO III - GARAGEM	PROF <sup>ª</sup> EDLEUZA OLIVEIRA DA SILVA	11,3				
		<b>NOITE: IDA</b> GARAGEM – COITÉ – ESCOLA SESI – UNICOMPRA CENTRO – POSTO CINEMA – RUA DO CEMITÉRIO – SOL NASCENTE – HÉLIO III <b>VOLTA HELIO III – SOL NASCENTE – RUA DO CEMITÉRIO – POSTO CINEMA – UNICOMPRA CENTRO – ESCOLA SESI – COITÉ – GARAGEM</b>	PROF <sup>ª</sup> EDLEUZA OLIVEIRA DA SILVA	11,3				
18	ÔNIBUS URBANO TIPO CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, COM CINTO DE SEGURANÇA NAS CADEIRAS, PNEUS NOVOS, EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, TRIÂNGULO, COM SEGURO CONTRA ACIDENTES, ANO DE FABRICAÇÃO	<b>MANHÃ: IDA</b> GARAGEM – LOT. BURITI – LOT. JARDINS – JACI CLEMENTE – HELIO I – HELIO II – HELIO III – NOVO SÃO MIGUEL – PÇ DA BIBLIA – HELIO III - GARAGEM	PROF <sup>ª</sup> EDLEUZA OLIVEIRA DA SILVA	8,3	24,9			
		<b>TARDE: VOLTA</b> GARAGEM – LOT. BURITI – LOT. JARDINS – JACI CLEMENTE – HELIO I – HELIO II – HELIO III – NOVO SÃO MIGUEL – PÇ DA BIBLIA – HELIO III - GARAGEM	PROF <sup>ª</sup> EDLEUZA OLIVEIRA DA SILVA	8,3				



NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8.503/1997 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR.	<b>NOITE: IDA</b> GARAGEM – LOT. BURITI – LOT. JARDINS – JACI CLEMENTE – HELIO I – HELIO II – HELIO III – NOVO SÃO MIGUEL – PÇ DA BIBLIA – HELIO III <b>VOLTA:</b> HELIO III - PÇ DA BIBLIA - NOVO SÃO MIGUEL – HELIO III – HELIO II – HELIO I - JACI CLEMENTE - LOT. JARDINS - LOT. BURITI - GARAGEM	PROFª EDLEUZA OLIVEIRA DA SILVA	8,3				
---	---	---------------------------------	-----	--	--	--	--

**1.2. Estima-se o quantitativo de 250 (duzentos e cinquenta) diárias para prestação dos serviços.**

**2. JUSTIFICATIVA**

**2.1.** A presente licitação servirá para a que o município possa ofertar os serviços acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas pela rede estadual de ensino, através de parceria com o município de São Miguel dos Campos, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação.

**2.2.** No intuito de garantir a locomoção com segurança e o bem-estar dos alunos matriculados na rede estadual de ensino e que residam em distância superior a 2km em relação à Unidade de Ensino onde está matriculado.

**2.3.** Foi utilizado como parâmetro o público alvo e as rotas utilizadas na rede estadual de ensino, no ano letivo de 2019, com base nos alunos que utilizam o transporte escolar.

**2.4.** Os serviços de transporte escolar a serem contratados serão utilizados durante o ano letivo de 2020, da rede estadual de ensino.

**2.5.** O quantitativo estipulado para a presente licitação serve apenas como parâmetro, tendo em vista que a real necessidade da Administração pode não atingir o quantitativo máximo estipulado, servindo para atender as necessidades da rede estadual de ensino, prezando pela continuidade das atividades desenvolvidas pela mesma.

**2.6.** A licitação ora pretendida se faz indispensável para facilitar o acesso e a aprendizagem dos alunos que residem distante das unidades de ensino em que foram matriculados, sendo a disponibilização do transporte escolar um fator importante para que o aluno possa, através da





educação, fortalecer sua identidade e a identidade cultural das pessoas que constroem suas histórias de vidas. Portanto, valorizar o acesso às escolas é reconhecer as especificidades da educação, pois o aluno precisa ser visto com olhares diferenciados em relação a sua cultura e seu aprendizado.

**2.7.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação ora pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento dos serviços em igualdade de condições.

### **3. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1.** Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

**3.1.1.** O quantitativo estipulado para a presente licitação serve apenas como parâmetro, tendo em vista que a real necessidade da Administração pode não atingir o quantitativo máximo.

**3.1.2.** emitida a solicitação a contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para executar os serviços;

**3.1.3.** será considerado executado o serviço quando atestado por servidor especialmente designado, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

**3.1.4.** Os serviços deverão ser realizados em conformidade com a legislação vigente, incluindo-se a Instrução Normativa de Serviço DETRAN-AL Nº 01 de 26/09/2017.

### **4. DOS VEÍCULOS**

**4.1.** O valor da locação além de cobrir o custo com o veículo, combustível e condutor, também cobrirá as despesas acessórias, tais como: IPVA, reposição de veículo/peças, manutenção e conservação.

**4.2.** As empresas deverão ofertar veículos em plenas condições de uso, devidamente conservados, aptos a transportarem adequadamente os alunos da rede municipal de ensino, prezando sempre pela qualidade dos serviços prestados.

**4.3.** Os veículos deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I - registro como veículo de passageiros, classificado na categoria aluguel - transporte escolar;

II - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o dístico ESCOLAR, padrão Helvética Bold, em preto, com altura de vinte a trinta centímetros, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;



III - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (cronotacógrafo);

IV - lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;

V - cintos de segurança em número igual à lotação, adaptados na forma estabelecida pela legislação de trânsito vigente, especialmente:

- a) para o condutor deverá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator;
- b) para os passageiros poderá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator, ou do tipo subabdominal;

VI - extintor de incêndio do tipo ABC ou outro regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;

VII - limitadores de abertura dos vidros corrediços, de no máximo dez centímetros;

VIII - dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;

IX - todos os demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e normatizações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

X - Ter sido submetido à vistoria semestral conforme determina o art. 136, inciso II do CTB.

§ 1º Para atendimento do inciso II deste artigo será admitida a utilização de faixa adesiva em substituição à pintura, desde que atendidas todas as demais especificações, vedada a utilização de faixa imantada, magnética ou qualquer outro dispositivo que possa retirá-la, de forma temporária ou definitiva.

**4.4.** O veículo destinado ao transporte de escolares deverá ser submetido à inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios, de segurança e demais requisitos previstos Instrução Normativa de Serviço DETRAN-AL Nº 01 DE 26/09/2017.

**4.5.** No momento da contratação a empresa deverá:

**4.5.1.** Designar quais os veículos que serão disponibilizados para o serviço a ser contratado com a informação de ano, modelo, fabricante, cor, entre outras características necessárias.

**4.5.2.** Apresentar os veículos para uma vistoria prévia, onde será fiscalizada a conservação dos veículos e se os mesmos atendem as exigências do Código de Trânsito Brasileiro para transporte de estudantes e da Instrução Normativa de Serviço DETRAN-AL Nº 01 DE 26/09/2017.

**4.5.3.** . Caso o veículo não seja aceito, a empresa deverá apresentar outro que se adeque as exigências.



**4.5.4.** Os veículos deverão estar sempre em boas condições de uso, conservação e higiene.

## **5. DOS CONDUTORES DOS VEÍCULOS**

**5.1.** Os condutores dos veículos deverão manter sempre a velocidade máxima e mínima, conforme orientam as leis de trânsito.

**5.2.** Os condutores não poderão fumar no interior do veículo.

**5.3.** O condutor de veículo destinado ao transporte de escolares deverá cumprir com os seguintes requisitos descritos abaixo, além de atender às exigências estabelecidas nos normativos do FNDE e/ou órgãos interligados ao transporte escolar:

I - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

II - ter Carteira Nacional de Habilitação de categoria "D";

III - não ter cometido infração de categoria grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante 12 (doze) meses;

IV - aprovação em curso especializado, nos termos da normatização determinada pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que deverá estar registrado no prontuário do condutor na base local do Estado de Alagoas e/ou nacional;

V - não ter cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses, contados da data de emissão da credencial;

VI - apresentação de certidão negativa estadual do registro de distribuição criminal de todas as comarcas do Estado de Alagoas e Certidão Negativa Criminal Federal da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, relativa aos crimes tipificados nos art. 217-A (Estupro de vulnerável, 218-A (satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente) e 218-B (favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável);

VII - Sendo o condutor domiciliado em outro Estado, deverá apresentar também as certidões do inciso anterior referentes ao local de seu domicílio;

VIII - não estar cumprindo nenhuma penalidade sobre a habilitação prevista no CTB e nas regulamentações específicas.

§ 1º Quando a Carteira Nacional de Habilitação do condutor for emitida em outra Unidade da Federação, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação da CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH.

## **6. CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO**

**6.1.** Os serviços serão prestados nos dias letivos, previstos nos calendários escolares e sua interrupção dar-se-á nas férias e recesso escolares.



**6.2.** Os horários de chegada e partida deverão ser rigorosamente obedecidos.

**6.3.** Os condutores dos veículos deverão ser identificados com crachá com foto recente, indicando o nome da empresa e seus dados pessoais.

## **7. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS**

**7.1.** O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.** A Contratada obriga-se a:

**8.1.1.** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 02 (dois) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

**8.1.2.** arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Contratante ou a terceiros;

**8.1.3.** utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

**8.1.4.** apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

**8.1.5.** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

**8.1.6.** instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

**8.1.7.** relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**8.1.8.** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**8.1.9.** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



**8.1.10.** não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**8.1.11.** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** A Contratante obriga-se a:

**9.1.1.** proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

**9.1.2.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**9.1.3.** exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**9.1.4.** notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**9.1.5.** pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

**9.1.6.** zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **10. AVALIAÇÃO DO CUSTO**

**10.1.** O custo estimado será apurado a partir da média aritmética de orçamentos a serem recebidos de empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado com o objeto.

**10.1.1.** A estimativa de custo do objeto constará apenas nos autos do procedimento da licitação, podendo ser informada aos interessados mediante solicitação encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, através dos endereços físico e eletrônico constantes no respectivo Edital, nos termos do [Acórdão 1153/2013 do Plenário](#) do TCU.



## **11. CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**11.1.** A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor Márcio Pacheco de Brito, Assessor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, CPF nº 515.852.604-44, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**11.2.** O órgão deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.2.1.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**11.2.2.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

**11.3.** O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.4.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

**12.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**12.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**12.1.3.** Comportar-se de modo inidôneo;

**12.1.4.** Cometer fraude fiscal;

**12.1.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

**12.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;



**b. Multa:**

**b.1.** Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o(a) Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos, pelo prazo de até dois anos;

**c.1.** Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

**d.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

**e.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**12.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**12.3.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**12.3.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**12.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**12.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**12.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**12.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



**12.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**12.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.7.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**12.8.** As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.





## ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PE25/2020-X

#### **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020**

PROCESSO Nº 1105-044/2019

VALIDADE: **12 (DOZE) MESES**

Aos **XX** dias do mês de **XXXXXX** do ano de **XXXX**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**, com sede na administrativa no endereço Avenida Diney Torres, s/nº, Bairro Geraldo Sampaio, CEP 57.240-000, inscrito no CNPJ sob o nº 12.264.222/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Pedro Ricardo Alves Jatobá, CPF nº 453.856.704-30 e RG nº 665181 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 14.466/2017, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 25/2020**, conforme resultado homologado em **XX/XX/XXXX**;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a contratação dos itens constantes na proposta vencedora transcrita em Anexo desta Ata, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXXXX**, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1.** O objeto desta Ata é o registro de preços para contratação do serviço de **locação de veículos para o transporte escolar - GEITE (LOTE(S) VENCIDO(S) PELA EMPRESA)**, mediante o regime de empreitada por preço unitário, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos, conforme descrição, quantidades e preços descritos em Anexo(s).



**1.1.1.** A descrição e a especificação detalhada do serviço e das tarefas que o compõem constam do Termo de Referência.

**1.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

**2.1.** O valor global desta Ata é de R\$ **XXXX (XXXXXXXXXXXX)**, distribuídos da seguinte forma:

<b>Nº LOTE</b>	<b>DESCRIÇÃO DO LOTE</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>XXX</b>	<b>NOME DO LOTE VENCIDO PELA EMPRESA</b>	R\$ <b>XXXXXX</b>

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**3.1.** O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.

**3.2.** São participantes os seguintes órgãos:

### **3.2.1. Secretaria Municipal de Educação;**

**3.3.** Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 14.466/2017, e na Lei nº 8.666, de 1993.

**3.3.1.** Caberá ao prestador de serviços beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação dos serviços, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**3.3.2.** As contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**3.3.3.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de



registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**3.3.4.** Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao prestador de serviços faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze)** meses, a contar da data de sua assinatura.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**5.2.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos prestadores dos serviços.

**5.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

**5.3.1.** Convocar o prestador de serviços visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**5.3.2.** Frustrada a negociação, o prestador dos serviços será liberado do compromisso assumido; e

**5.3.3.** Convocar os demais prestadores de serviços visando igual oportunidade de negociação.

**5.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador dos serviços, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**5.4.1.** Liberar o prestador de serviços do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de prestação dos serviços; e



**5.4.2.** Convocar os demais prestadores de serviços visando igual oportunidade de negociação.

**5.5.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**5.6.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**6.1.** O prestador dos serviços terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

**6.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**6.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**6.1.3.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**6.1.4.** Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

**6.1.5.** Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**6.2.** O prestador dos serviços poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

**6.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do prestador dos serviços aos órgãos participantes, se houver.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

**7.1.** A contratação com o prestador de serviços registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de serviços ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 14.466/2017.



**7.1.1.** As condições de execução dos serviços constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

**7.2.** O órgão convocará a prestadora de serviços com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**7.2.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**7.3.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**7.3.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**7.4.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**7.4.1.** É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**7.5.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**7.6.** Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.1.1.** A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**8.2.** Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública,



visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

**8.3.** O contrato não poderá ser prorrogado quando:

**8.3.1.** A Contratada esteja suspensa de licitar e impedida de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos;

**8.3.2.** A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**8.3.3.** A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação;

**8.3.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## **9. CLÁUSULA NONA - DO PREÇO**

**9.1.** Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

## **10. CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**10.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **11. CLÁUSULA ONZE - DO PAGAMENTO**

**11.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

**11.2.** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados.

**11.2.1.** O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.

**11.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento



ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**11.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**11.5.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**11.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.7.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**11.8.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## **12. CLÁUSULA DOZE - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**12.1.** A fiscalização da contratação será exercida pela servidor Márcio Pacheco de Brito, Assessor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, CPF nº 515.852.604-44, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.



**12.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **13. CLÁUSULA TREZE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

**13.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

**13.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**13.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**13.1.4.** Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

**13.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;

**13.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**13.1.7.** Fizer declaração falsa;

**13.1.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.

**13.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**b.** Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;





**13.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.3.** Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

**13.3.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**13.3.2.** Apresentar documentação falsa;

**13.3.3.** Comportar-se de modo inidôneo;

**13.3.4.** Cometer fraude fiscal;

**13.3.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

**13.4.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** Multa:

**b.1.** Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos, pelo prazo de até dois anos;

**d.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

**e.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;



**13.4.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.5.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**13.5.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**13.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**13.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**13.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**13.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.9.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### **14. CLÁUSULA CATORZE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 25/2020 e a proposta da empresa.

**14.2.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 14.466/2017, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.



**14.3.** O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Comarca de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

São Miguel dos Campos, **XX** de **XXXXXX** de **XXXX**.

\_\_\_\_\_  
Representante do Órgão

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa

\_\_\_\_\_  
Gestor(a)



**ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PE25/2020-X**

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre a Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos/AL e a empresa **XXXXXXXXXX**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 25/2020-SRP.



### **ANEXO III**

#### MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 1105-044/2019

CONTRATO Nº PEXX/20XX-X

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **XXXXXX**  
**(LOTE(S) A SER(EM) CONTRATADO(S))** QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL**  
**DOS CAMPOS/AL**, E A EMPRESA **XXXXXXXXXX**.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**, com sede na administrativa no endereço Avenida Diney Torres, s/nº, Bairro Geraldo Sampaio, CEP 57.240-000, inscrito no CNPJ sob o nº 12.264.222/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Pedro Ricardo Alves Jatobá, CPF nº 453.856.704-30 e RG nº 665181 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXXXX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº 1105-044/2019, e o resultado final do Pregão Eletrônico nº 25/2020-SRP, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O contrato tem como objeto a prestação de serviços de **locação de veículos para o transporte escolar (LOTE(S) A SER(EM) CONTRATADO(S))**, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos, de acordo com os valores ofertados pela Contratada, constantes em Anexo deste instrumento.

**1.1.1.** Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 25/2020-SRP, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

#### **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1.** O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.



### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

**3.1.** Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

**3.1.1.** emitida a solicitação a contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para executar os serviços;

**3.1.2.** será considerado executado o serviço quando atestado por servidor especialmente designado, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**4.1.** As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – DA DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

**5.1.** Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**6.1.** As obrigações da CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO

**7.1.** O valor do contrato é de R\$ **XXXX (XXXXXXXXXXXX)**.

**7.1.1.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

### 8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

**8.1.** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.



**8.1.1.** A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**8.2.** Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

**8.3.** O contrato não poderá ser prorrogado quando:

**8.3.1.** A Contratada esteja suspensa de licitar e impedida de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos;

**8.3.2.** A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**8.3.3.** A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação;

**8.3.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## **9. CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO**

**9.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

**9.2.** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, que conterà o detalhamento dos serviços executados.

**9.2.1.** O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente prestados.

**9.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.



**9.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**9.5.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**9.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.7.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**9.8.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## **10. CLÁUSULA DEZ – DOS PREÇOS**

**10.1.** Os preços são fixos e irrevogáveis.

## **11. CLÁUSULA ONZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:





**Funcional(is) Programática(s):** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Elemento(s) de Despesa:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **12. CLÁUSULA DOZE – DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** A fiscalização da contratação será exercida pela servidora XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX (cargo/função), CPF nº xxxxxxxx, matrícula xxxxxxxx, designada gestora, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**12.1.1.** O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**12.2.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência e especificações do objeto contratual.

**12.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.4.** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.5.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **13. CLÁUSULA TREZE - DAS ALTERAÇÕES**

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.2.** A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

**13.2.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão



exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

#### **14. CLÁUSULA CATORZE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

**14.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**14.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**14.1.3.** Comportar-se de modo inidôneo;

**14.1.4.** Cometer fraude fiscal;

**14.1.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato.

**14.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** Multa:

**b.1.** Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos/AL, pelo prazo de até dois anos;

**d.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

**e.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**14.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**14.3.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**14.3.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**14.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**14.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**14.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**14.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**14.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**14.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**14.7.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **15. CLÁUSULA QUINZE – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**15.1.** São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

**15.1.1.** o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;



- 15.1.2.** o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- 15.1.3.** a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- 15.1.4.** o atraso injustificado no início do fornecimento;
- 15.1.5.** a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- 15.1.6.** a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- 15.1.7.** o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 15.1.8.** o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.1.9.** a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- 15.1.10.** a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
- 15.1.11.** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- 15.1.12.** razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- 15.1.13.** a supressão, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993
- 15.1.14.** a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;



**15.1.15.** o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

**15.1.16.** a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

**15.1.17.** o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**15.2.** Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**15.3.** A rescisão deste Contrato poderá ser:

**15.3.1.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nas cláusulas 15.1.1 a 15.1.12, 15.1.16 e 15.1.17;

**15.3.2.** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

**15.3.3.** judicial, nos termos da legislação.

**15.4.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**15.5.** Quando a rescisão ocorrer com base nas cláusulas 15.1.12 a 15.1.16, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

**15.5.1.** pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

**15.6.** A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

**15.7.** O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

**15.7.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



**15.7.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**15.7.3.** Indenizações e multas.

**16. CLÁUSULA DEZESSEIS - DOS CASOS OMISSOS**

**16.1.** Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas correlatas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

**17. CLÁUSULA DEZESSETE – DA PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

**18. CLÁUSULA DEZOITO – DO FORO**

**18.1.** Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

São Miguel dos Campos/AL, **XX** de **XXXXXX** de **XXXX**.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Pela CONTRATANTE

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Pela CONTRATADA

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Gestor(a)



**ANEXO DO CONTRATO Nº PEXX/2020-X**

Este documento é parte do Contrato acima referenciado, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos/AL e a empresa **XXXXXXXXXX**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 25/2020-SRP.



**ANEXO IV**

MODELO DE DECLARAÇÃO – LEI Nº 9.854/99  
(colocar em papel timbrado da licitante)

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020**

PROCESSO Nº 1105-044/2019

**DECLARAÇÃO**

..... (identificação da licitante) com sede na .....,  
(endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., vem através de seu representante legal  
abaixo assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declarar expressamente,  
sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República  
Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber: "(...) proibição de trabalho noturno,  
perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis  
anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos", para fins de habilitação no  
Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 25/2020 da Prefeitura Municipal de São Miguel dos  
Campos/AL.

Local e data

---

(assinatura)





**ANEXO V**

MODELO DE DECLARAÇÃO – ART. 4º, INC. VII, DA LEI Nº 10.520/2002  
(colocar em papel timbrado da licitante)

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020**

PROCESSO Nº 1105-044/2019

**DECLARAÇÃO**

..... (identificação da licitante) com sede na .....,  
(endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., vem através de seu representante legal  
abaixo assinado, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os  
requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação  
vigente, que se encontram dentro do Envelope de nº 02 – Documentos de Habilitação, em  
conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação  
no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 25/2020 da Prefeitura Municipal de São Miguel dos  
Campos/AL.

Local e data

---

(assinatura)



**ANEXO VI**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA  
ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007

(colocar em papel timbrado da licitante)

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020**

PROCESSO Nº 1105-044/2019

**DECLARAÇÃO**

..... (identificação da licitante) com sede na  
....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio de  
seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que é  
considerada:

**microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;**

OU

**cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007;**

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para fins de participação no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 25/2020 da Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos/AL.

Local e data

---

(assinatura)